



Bloco de Esquerda

MOÇÃO

Acabar com a vergonha dos Contratos Emprego-Inserção na Câmara Municipal de Loures

Os Contratos Emprego-Inserção são uma das mais violentas formas de desrespeito pelos direitos e pela dignidade dos trabalhadores e das trabalhadoras. Trata-se de trabalho forçado e gratuito, que tem como alvo desempregados (CEI) ou beneficiários do Rendimento Social de Inserção (CEI+).

Como é sabido, a colocação de trabalhadores ao abrigo de CEI e CEI+ é feita através do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP). Podem candidatar-se a receber estes trabalhadores as autarquias locais, os serviços públicos em geral e ainda as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), através de pedido feito junto do IEFP. Na sequência, o IEFP escolhe uma pessoa que tem obrigatoriamente que aceitar a colocação no CEI ou CEI+ sob pena de perder o subsídio de desemprego ou o RSI.

Ou seja, este é um esquema de exploração radical e de chantagem sobre quem trabalha, sobre quem vive em situação de pobreza, mas também sobre a prestação de serviços públicos. Num contexto de cortes profundos nos organismos e serviços públicos, esta é uma arma estratégia da política de austeridade do Governo. Este esquema, com aparência legal, é uma autêntica máquina destruidora de direitos e também o reflexo na lei da ofensiva conservadora, agora liderada por Passos e Portas, que pretende a humilhação dos desempregados e colocar remediados contra pobres.

As autarquias estão actualmente entre as principais entidades que recorrem a este esquema. São dezenas de milhares de pessoas que, em todo o país, estão a trabalhar todos os dias de forma gratuita e forçada para assegurar necessidades permanentes dos serviços de câmaras municipais e juntas de freguesia. Asfixiadas pelos cortes no financiamento, as autarquias são assim convidadas a recorrer, por sua própria iniciativa, ao recrutamento de trabalho forçado e gratuito. Foi esta a forma ardilosa que o Governo da austeridade encontrou para descobrir cúmplices entre as próprias vítimas da sua política.

Mas não tem de ser assim e não pode ser assim. A quem dirige as instituições públicas deve exigir-se, além do cumprimento da lei, a defesa dos princípios elementares da cidadania e da dignidade. É por isso que têm lutado as organizações de trabalhadores e as organizações sociais em defesa do trabalho: apenas a título de exemplo, a CGTP vem denunciando o abuso do recurso aos CEI e já remeteu várias queixas ao Provedor de Justiça.

Loures não está, infelizmente, fora do mapa da vergonha dos CEI. Este expediente cimentou-se ao longo dos últimos anos na prática corrente da Câmara Municipal. Isso mesmo já foi debatido, no ano passado, nesta mesma Assembleia Municipal. Agora exige-se que termine uma situação que já durou tempo demais. Hoje têm de estar presentes as condições políticas para erradicar os CEI da Câmara de Loures.

O executivo da Câmara já admitiu publicamente que o problema existe e tem, além do mais, impacto no funcionamento regular dos serviços municipais. Há necessidades permanentes que precisam de ser supridas, postos de trabalho que precisam de ser ocupados. Enfrentar a chantagem do Governo sobre os municípios não pode ser à custa da legalidade e dos direitos elementares dos trabalhadores. A solução não pode ser exigir a continuação do recurso aos CEI, mas sim a contratação regular de trabalhadores, defendendo direitos e o interesse da população.

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Loures, reunida a 30 de Setembro de 2014, delibera:

- 1) Recomendar à Câmara Municipal de Loures que reúna, tão depressa quanto possível, dados concretos sobre os trabalhadores ao serviço da autarquia através das modalidades de Contratos Emprego-Inserção. Esse diagnóstico deve ser remetido ao conjunto dos deputados municipais;
- 2) Recomendar à Câmara Municipal de Loures que seja desenvolvido um plano de erradicação dos Contratos Emprego-Inserção, não dando início a novas situações e procurando um processo de preenchimento regular dos postos de trabalho em falta;
- 3) Recomendar à Câmara Municipal de Loures que, no sentido de dar cumprimento ao plano referido no número anterior, constitua um grupo de trabalho ou outra forma que considere necessário, por forma a estudar e implementar formas regulares de contratação dos trabalhadores necessários;
- 4) Recomendar à Câmara Municipal de Loures que acompanhe e contribua para a qualificação e inserção profissional das pessoas que, de forma não voluntária, trabalham para o município de forma praticamente gratuita;
- 5) Remeter a presente Moção às estruturas sindicais que representam os trabalhadores do município de Loures, aos sindicatos nacionais que apresentam os trabalhadores dos municípios, à imprensa local, à Sra. Presidente da Assembleia da República, ao Primeiro-Ministro, à Ministra de Estado e das Finanças, ao Ministro da Solidariedade Social, ao Secretário de Estado da Administração Local, ao Secretário de Estado da Administração Pública e aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República.

Loures, 30 de Setembro de 2014

O deputado municipal do BE,

Carlos Gonçalves